

Parecer

Intervenção na Ribeira de S. João – Projecto de Execução - Projecto das Intervenções nos troços terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia de João Gomes.

Este parecer respeita ao conteúdo do tomo 1 – Memória Descritiva e Justificativa da Intervenção na Ribeira de São João (adiante designado PISJ), inserido no primeiro de três volumes que constituem o “Projecto das Intervenções nos troços terminais das Ribeiras de São João, de Santa Luzia e de João Gomes”.

O PISJ surge por iniciativa do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira na sequência dos fenómenos extremos ocorridos em 20 de Fevereiro de 2010.

A Memória Descritiva e Justificativa da Intervenção na Ribeira de São João está organizada da mesma forma e com as mesmas componentes do que a Memória Descritiva e Justificativa da Intervenção nas Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes.

As apreciações expressas no parecer referente a essa memória descritiva e justificativa mantém-se também agora.

Merece uma atenção especial a proposta expressa para a regularização do troço final da Ribeira de S. João.

São diagnosticados os diversos problemas quer nos troços cobertos quer nos que se encontram a céu aberto. Os principais problemas que ocorreram em 20 de Fevereiro de 2010 foram devidos ao entupimento causado pela grande abundância de sedimentos e também devido à insuficiente secção de vazão.

A solução proposta para o sector final da Ribeira engloba, de montante para jusante:

- (i) um troço de 238,37m rectilíneo, a céu aberto, com uma largura de canal de 11m, sensivelmente com o traçado actual.
- (ii) um troço parcialmente coberto, com 110m de comprimento com duas curvas sucessivas, parte do qual com um sub-troço diferente do actual, que será abandonado e selado;
- (iii) um troço rectilíneo com 87,5m, correspondente ao novo leito;

(iv) um troço rectilíneo terminal, que se prolongará abaixo do nível do mar, penetrando 30m para além do actual cais marítimo.

A equipa responsável pela PISJ justifica este “prolongamento mar adentro (...) para manter a velocidade de escoamento (...), a capacidade de transporte de material sólido até uma zona marítima de maiores declives e profundidade, na qual o material sólido se poderá dispersar mais facilmente, sem obstruir a foz”.

Esta apresentação justificativa inicial suscita os seguintes comentários:

- É compreensível a solução escolhida, com aumento da extensão de troços a céu aberto, evitando o confinamento contínuo do canal, embora esta solução não esteja na Memória Descritiva e Justificativa da PISJ devidamente justificada;

- Atendendo ao anteriormente exposto, entende-se também a necessidade de proceder à mudança de traçado do canal, pois a manutenção do canal actual implicaria forçosamente o seu confinamento, como sucede actualmente;

- A justificação do avanço do canal “mar a dentro” levanta alguns problemas. Esta Ribeira, quer na situação hoje existente, quer de acordo com a solução proposta, desagua no interior do porto do Funchal, onde será dispersada a carga sólida. A solução proposta parece transferir para jusante um problema que já existia, ou seja, a foz da Ribeira não será assoreada, mas o porto do Funchal (incluído as marinas propostas) poderá ser. Aliás, a equipa da PISJ, nas recomendações (p. 28) refere “a necessidade de dragagens periódicas” especialmente na foz.

Esta última observação deve merecer a atenção especial não só da equipa de projectistas, mas também das entidades competentes, pelas implicações de natureza económica que pode acarretar.

É indispensável que seja feita a modelação da dispersão dos sedimentos no porto do Funchal, que, embora sendo abrigado da agitação marítima dominante, tem dinâmica causada pela circulação e manobra dos navios, que deverá provocar o movimento dos sedimentos finos. Esta realidade tem já estado a verificar-se, o que levou o Instituto Hidrográfico a uma intervenção (ver Parece Projecto de Intervenção nas Ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes).

No que respeita ao ordenamento do espaço ribeirinho em apreço, as opções propostas parecem adequadas, com a ressalva que não está avaliada a interação das dinâmicas fluvial e marinha. Esta avaliação é fundamental, pelas consequências que dela podem advir para o porto do Funchal.

No que toca ao troço do curso de água abandonado, apenas posso deixar uma recomendação: que a selagem deve precaver qualquer retomada pelo rio do seu leito original, com as consequências que daí poderiam advir.

Ana Ramos Pereira

(Prof. Doutora Ana Ramos Pereira)

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
Coordenadora do Núcleo de Investigação em Dinâmica dos Sistemas Litorais e Fluviais, do
Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa

Lisboa, 8 de Abril de 2011